

OFICINAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ACERCA DA PRÁTICA EDUCATIVA NA ESCOLA INCLUSIVA

Kelson Pereira Ribeiro ¹Kalina de França Oliveira ²Alderada Silva de Souza ³Sandra Cristina Moraes de Souza ⁴Márcia Paiva Oliveira ⁵

RESUMO

Esse trabalho relata uma experiência de extensão universitária que busca capacitar os docentes da Escola Técnica Estadual de Artes, Tecnologia e Economia Criativa Poeta Juca Pontes, da rede estadual da Paraíba, visando preparar esse seguimento para as interações e ações pedagógicas efetivas que objetivem a inclusão escolar do aluno com deficiência e neurodivergentes, de fato e de direito, com possibilidades de desenvolvimento desses alunos matriculados regularmente na instituição. Portanto, a ação extensionista tem como objetivo geral promover oficinas de formação para a ação educativa efetiva, de modo que todos os seguimentos do magistério da escola hajam de forma adequada junto aos alunos com ou sem deficiência, inclusive com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que se apresenta de forma diversa, com níveis de suporte distintos. Os objetivos específicos se centralizam em disseminar informações a fim de conscientizar e sensibilizar a todos; buscar ações que visem o combate à discriminação e preconceito no ambiente escolar; capacitar os docentes para uma atividade pedagógica readaptada; dar suporte e assessoria psicopedagógica para a ressignificação curricular. A proposta partiu de uma demanda da própria escola, que buscou uma parceria com o curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, pois a escola conta com um número significativo de alunos neurodivergentes. Tal parceria com o curso de graduação em Psicopedagogia possibilitou caminhos para a construção de uma escola realmente inclusiva, o que pode facilitar a adaptação e desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas dos alunos com deficiência e neurodivergentes.

Palavras-chave: TEA; inclusão; deficiência; formação de professores.

I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vivenciamos no âmbito escolar momentos difíceis, preocupantes e perturbadores, em função da inclusão de alunos com deficiência e neurodivergentes, sem que os educadores tenham a formação adequada para fazer frente a esses novos desafios. Essa é uma demanda que surge da escola e que as universidades devem dar uma resposta compatível com esses anseios.

Além do despreparo dos educadores para lidar com os desafios supracitados, a escola ainda tem que lidar com a rejeição à inclusão por parte de membros da comunidade

¹Graduando pelo Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, kelson.pereira@academico.ufpb.br;

²Doutoranda em Educação pela da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Supervisora da Clínica Escola de Psicopedagogia da UFPB, kalina.ufpb.tae@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. alderada@hotmail.com;

⁴Doutora em Educação, professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, profsandrapsico@hotmail.com ;

⁵ Professor orientador, do departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, marciapaivaufpb@gmail.com.

escolar, inclusive das famílias dos alunos típicos. Muitas vezes isso se dá como consequência da disseminação e propagação nas mídias de redes sociais e sociedade em geral, discursos de ódio, influências das ideologias políticas e religiosas. Tais manifestações causam irreparáveis danos emocional, psíquico, físico e mental como consequência para alunos que é vítima destas situações.

Nesse sentido, a conscientização de toda a comunidade escola acerca da inclusão escolar de todos, independentemente de sua condição, é fundamental. Especialmente com relação aos alunos dentro do espectro autístico, pois eles têm níveis de suporte diferenciados e suas estereotípias também se manifestam de forma diferenciada, bem como as suas autorregulações. Portanto, as informações sobre o TEA devem ser veiculadas não só para os professores, mas, para toda a comunidade escolar, principalmente para os alunos típicos.

Mesmo considerando que nos últimos anos as informações sobre o TEA vêm ganhando diversos espaços, tanto nas redes sociais, personalidades, como na mídia em geral. Mas, percebe-se ainda que muitas pessoas não conhecem o que é o Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, que para o DSM-V:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo (2013, p.31).

Mesmo com essa última atualização do DSM-V, ainda há muito desconhecimento por parte de educadores e ignorância por parte da sociedade em geral. Tal situação gera para muitos alunos com TEA desconforto e a não efetivação do seu desenvolvimento no contexto escolar. Por não respeitarem suas especificidades e peculiaridades em seus comportamentos atípicos, em determinados casos, e características dos sintomas presente no seu cotidiano, leva a não aceitação ao ambiente hostil, o que pode levar ao abandono escolar e até a piora no quadro geral.

Por isso, o espaço do ambiente escolar deve ser acolhedor e propício ao desenvolvimento global dos referidos alunos. Sabe-se que a escola é o lugar de transmitir conhecimento e de transformação cidadã para a sociedade e o mundo. Nesse sentido, parte

a proposta de levar ações sobre o tema da inclusão escolar de alunos com deficiência e neurodivergência, especialmente o Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, que é mais complexo de lidar, para que dentro da escola passamos saberes e fazeres nesse âmbito.

Com o objetivo de disseminar informações e conhecimento sobre esse tema de utilidade pública, relevante para todos, traçamos um projeto de extensão para trabalhar a formação dos docentes, mas também realizar oficinas dinâmicas e interativas para os alunos típicos, de modo que favoreçamos um ambiente mais afetivo, acolhedor e empático. Tais oficinas priorizaram a conscientização e sensibilização de todo o ambiente escolar, pois a educação escolar é um direito de todos os cidadãos.

O ambiente escolar é um espaço importante que proporciona socialização para qualquer indivíduo no seu processo de desenvolvimento. Para as pessoas com TEA, a interação social, principalmente no ambiente escolar, é desafiadora. Devido às dificuldades na adaptação ao ambiente escolar e desenvolvimentos das habilidades sociais e cognitivas, por diversos fatores característicos aos sintomas relacionados ao transtorno. E isso não é diferente para os alunos com outras deficiências e neurodivergências.

As estatísticas demonstram um número crescente de alunos com deficiência e com TEA nas escolas regulares. Isso se dá não só pelo aporte legal, mas também pelo número de crianças laudadas dentro do TEA. Dados de pesquisas científicas mais recentes apontam uma prevalência de 1 caso a cada 36 crianças, sendo quatro vezes mais prevalente em meninos do que meninas, de acordo com o Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2023).

Para chegar ao diagnóstico, utiliza-se como base os critérios descritos no Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria, o DSM 5 (APA, 2013) e CID 11, ao conceito atual TEA “Transtornos do Espectro do Autismo”, como prejuízo na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Características essenciais para o diagnóstico do transtorno do neurodesenvolvimento presentes desde a infância, da qual os sintomas podem variar de uma pessoa com TEA para outra, por não ser um padrão. Lembrando que, quem faz o diagnóstico é um médico neurologista ou psiquiatra infantil. Cabendo a outros profissionais, como o psicopedagogo ou psicólogo, levantarem hipóteses diagnósticas para encaminhar e orientar a família aos referidos especialistas da medicina.

Os sintomas geralmente costumam ser percebidos aos dois, três anos. Mas, podem aparecer antes, em casos graves nos atrasos do desenvolvimento ou até mesmo não serem percebidos e os indivíduos alcançarem a maioridade, especialmente se o caso for de nível

de suporte I. Ocasionalmente a perda da oportunidade de um acompanhamento eficaz na melhoria de vida. Com isso, ressalta a importância do diagnóstico precoce.

Diante do exposto, acrescenta-se a influência dos docentes na ampliação de habilidades dos alunos atípicos. Portanto, a escola deve possibilitar e promover a inclusão de forma significativa, pautada no texto da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade. Sabe-se que a inclusão é um grande desafio em todos os contextos educacionais, e a proposta da ação tem por finalidade a formação de professores, mas também conscientizar a comunidade escolar a compreender os desafios enfrentados pelos alunos atípicos, os quais são pessoas de direitos por lei e devem ser respeitados. O ECA (1990), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, diz que:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Para tanto, planejou-se utilizar momentos de acolhimento aos alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários e gestores, antes mesmo de iniciarmos os nossos momentos de estudo e assessoria psicopedagógica. Essas atividades se propõem a realização de palestras e dinâmicas abordando o tema da inclusão de pessoas com deficiência e neurodivergência, para conhecimento e da conscientização e sensibilização da causa das pessoas com TEA e outras deficiências.

2 ALUNO COM DEFICIÊNCIA E/OU NEURODIVERGÊNCIA: DO RESPEITO AOS DIREITOS, AO CONHECIMENTO E ESPECIFICIDADES

Algumas deficiências são diagnosticadas na ocasião do nascimento e até diagnóstico intrauterino. Nesses casos as intervenções precoces são realizadas, possibilitando um melhor desenvolvimento da criança. Quando se trata do TEA,

especialmente as de nível de suporte I e II, a criança só vai ter um diagnóstico aos três anos, que na maioria das vezes é um laudo provisório, apenas para possibilitar a intervenção precoce. Quando se trata do nível de suporte III, as estereotípias começam ainda no primeiro ano de vida, o que possibilita um diagnóstico precoce. Pois, as características do Transtorno do Espectro do Autismo podem se manifestar desde os primeiros anos de vida e perdura ao longo da vida do indivíduo.

Utiliza-se o termo Espectro pela sua complexidade e vários níveis de comprometimento e idade cronológica. As pessoas com TEA não são iguais em suas características, cada um com sua peculiaridade e especificidade. A esse respeito, Grandin e Panek afirmam que:

[...] qualquer que seja o pensamento sobre o autismo, ele vai incorporar a necessidade de considerá-lo isoladamente, cérebro por cérebro, filamento por filamento do DNA, característica por característica, ponto forte por ponto forte e, talvez o mais importante, indivíduo por indivíduo (Grandin e Panek, 2021, p. 211).

Para fazer frente a complexidade da inclusão escolar do aluno atípico, muitos estudos têm sido desenvolvidos. As pesquisas também demonstram um crescente aumento dos diagnósticos, especialmente do TEA. O diagnóstico do autismo é através do atendimento clínico na observação comportamental, comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social, seletividade alimentar e atividades restrito-repetitivas. Não existe causa, existem pesquisas científicas em evidências relacionados a fatores genéticos e ambientais. Não é uma doença, portanto não existe cura. É uma condição permanente, que pode ter avanços e recuos, de acordo com a existência ou não de intervenções multidisciplinares. Portanto, é necessário um trabalho de intervenção também fora da escola, quando essa não tem Atendimento Educativo Especializado.

Algumas leis e decretos trazem o aporte de direitos das pessoas com deficiência e neurodivergência. Para garantia de proteção e direitos da pessoa diagnosticada com autismo, em 2013 foi sancionada a Lei Berenice Piana n.º 12.764/2012), Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 1º § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por

comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, Lei N.º 12.764, 2012)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, O Estatuto da Pessoa com Deficiência, reza que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva institui a inserção dos estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino. A esse respeito, Schmidt (2013) afirma que:

Para oferecer uma boa qualidade nas experiências educacionais das pessoas com autismo no contexto escolar, é imprescindível a aquisição, a apropriação e a integração por parte da escola daqueles conhecimentos outrora situados fora dela. Urge uma integração do conhecimento produzido até hoje pelas diversas áreas para que seja disponibilizado e compartilhado na inclusão educacional escolar (Schmidt, 2013, p.19).

Corroborando com o exposto, Gaiato (2018) afirma que a escola deve estimular, garantir aprendizagem e socialização para os alunos com TEA, mediante políticas públicas fundamentais para a inclusão. Desta forma a importância necessária em preparar a comunidade escolar para interagir com alunos TEA e promover a sua inclusão.

A importância fundamental da inclusão escolar é inegável, contudo, isso deve ser feito não só considerando o acesso do aluno atípico, mas é no sentido de considerar as especificidades de cada estudante para compreender seus limites e valorizar as potencialidades. Assim, como a importância da parceria família e toda comunidade escolar. Complementando o exposto, Santos (2008) diz que:

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

Neste sentido, a necessidade de promover ações em conscientizar e preparar todos os membros da comunidade escolar, que possam levar conhecimento sobre pessoas com deficiência e outras neurodivergências, como o autismo, para a escola e além dessa, pois:

Sem conhecer as interações não há como incluir crianças e jovens, numa perspectiva de humanização necessária para subsidiar políticas públicas e práticas educativas solidárias e inclusivas, entre crianças, jovens e adultos, com ações coletivas e elos capazes de gerar o sentido de pertencer, fica agora a tarefa e o desafio da escola em assumir efetivamente, em parceria com os pais (família em geral), a função de proporcionar aos alunos, inclusive aos alunos autistas, oportunidades de evoluir como seres humanos. (Santos, 2011, p.36).

Portanto, a proposta realizada na escola campo de extensão priorizou fatores que promoveu a toda comunidade escolar conviver em um espaço saudável, com respeito e empatia. Eliminando preconceitos e julgamentos que interferem na vida e no desempenho escolar dos alunos com TEA e outras deficiências, de acordo com o que preconiza a BNCC.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, Brasil, 2017, p. 10).

A criança diagnosticada com autismo ou outra deficiência será por toda as fases da sua vida, não tem cura, tem tratamento para efetivar o desenvolvimento. Mas, os tratamentos com acompanhamentos de uma equipe multidisciplinar garantem uma qualidade de vida, favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo, social e linguístico. A necessidade de um trabalho conjunto da equipe multidisciplinar com os profissionais terapêuticos, psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos, educadores, no apoio integrado com o aluno e os pais. (Silva A.B, Gaiato e Reveles, 2012, p.100)

Para Gaiato (2018,p.124) “[...] a intervenção no contexto escolar, por meio de visitas dos terapeutas do aluno para observação, orientação e treinamento dos professores de acordo com as necessidades daquele aluno”. Pois, o aluno com TEA pode apresentar comportamentos atípicos que podem ser minimizados com a orientação correta dos profissionais especializados, a fim de potencializar os processos de socialização e o processo de ensinar e aprender.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; (BRASIL, Lei N.º 12.764, 2012)

3 O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA EXTENCIONISTA

Promover uma ação de conscientização com toda comunidade escolar, esse foi o nosso ponto de partida. Para isso, procuramos agendar com a escola os melhores momentos, definido pelo coordenador, mediante disponibilidade da agenda dos professores, respeitando o tempo curricular dos alunos.

3.1 OS OBJETIVO DA PROPOSTA DE AÇÃO

A ação de extensão teve como objetivo geral promover a capacitação dos professores da escola campo de extensão, através de oficinas pedagógicas, trabalhando os pressupostos teórico e prático da inclusão, sem perder de vista as especificidades das principais deficiências e neurodivergências.

Especificamente objetivamos alguns pontos, quais sejam: proporcionar aspectos positivos comportamentais como sentimento de acolhimento, segurança e de confiança; minimizar fatores que possam dificultar a adaptação da pessoa com TEA na escola, tanto em relação aos alunos como a metodologia de ensino; diminuir os fatores que possam provocar alguma barreira e dificuldade que venha prejudicar o seu desempenho escolar e social; envolver a gestão escolar e o corpo docente nas atividades em parceria, de forma a provocar sentimento de empatia.

Enfim, através da ação de conscientização sobre o autismo e outras deficiências tanto para os professores como para os alunos típicos do ensino médio, para facilitar a interação, o respeito e a empatia e, conseqüentemente, a adaptação da pessoa com deficiência e TEA à realidade no processo de aprendizagem no ambiente escolar.

Portanto, com os objetivos traçados foi possível apresentar a proposta ao coordenador e professor presidente do conselho escolar para os possíveis ajustes dos conteúdos que foram aplicados na ação. Também realizamos reuniões com o grupo da UFPB, a GEPAD (Grupo de Estudo em Processos de Aprendizagem e Diversidade), visando reajustar os conteúdos das oficinas e os cronogramas de acordo com as necessidades da escola.

Nesse contexto, evidencia a importância do papel da instituição no apoio necessário para facilitar o processo de inclusão dos alunos com deficiência e com TEA, com parceria e comunicação na relação professor/gestão para que os professores possam adaptar o ambiente, adequar metodologia e organizar o trabalho de acordo com a demanda de cada aluno.

A escola deve oferecer ajuda, apoio, disponibilizar informações e estar aberta ao diálogo com os professores. Em relação a ação dos pais dos alunos, o apoio aos professores é fundamental. A família é a base da construção social dos alunos, contribui para efetivação das políticas públicas. Uma relação entre família e escola, em harmonia e colaboração, promove e facilita o respeito ao crescimento do indivíduo, na aprendizagem, tanto na área cognitiva como afetivo social, em benefícios de todos os envolvidos.

A importância da ação de conscientização com a participação da comunidade escolar proporciona a compreensão de todos no processo de inclusão. Pois, segundo pesquisas, as famílias geralmente não informam ou tem o hábito do diálogo em orientar e conversar sobre respeitar o comportamento de um aluno com TEA na turma, muitas vezes por falta de informação sobre o tema.

Fortalecer ações de conscientização sobre o tema do TEA e outras deficiências, voltados para toda comunidade escolar, cria-se vínculos com respeito mútuo e possibilita novas ações relacionadas a temas sobre diversidade na valorização humana e na contribuição de uma interação social de acolhimento no ambiente escolar.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

A ação foi proposta para a Escola Técnica de Artes, Tecnologia e Economia Criativa, da rede pública do Estado da Paraíba, na modalidade de ensino médio técnico. A referida unidade de ensino está localizada na Praça Firmino da Silveira - Varadouro, João Pessoa - Paraíba.

De acordo com o apoio e aprovação da proposta do coordenador pedagógico e do presidente do conselho escolar da escola em parceria com o curso de graduação em Psicopedagogia, da Universidade Federal da Paraíba. O projeto teve suas ações desenvolvidas no período do mês de abril de 2023 a junho de 2024.

A escola oferece uma ampla estrutura de educação para os alunos, nos cursos técnicos em Design Gráfico, Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Artesanato e Técnico em Teatro e o Centro Inotech, com a disponibilidade de curso técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. A unidade conta com laboratórios de ciências, informática e robótica, laboratório de maker/xadrez, auditório com caixa cênica, sala de aula teórica de dança e teatro, sala de dança, sala de pilates, sala de maquiagem e figurino, salas de aula teórica e prática de música, sala de aula de circo, sala técnica de

audiovisual, sala técnica de mídias digitais, laboratório de Artes, sala de aula teórica de Artes, biblioteca, instrumentoteca e laboratório de fotografia.

Em nossos contatos, percebemos a preocupação do corpo docente e coordenação pedagógica no que diz respeito a receber os alunos em fase de readaptação à rotina pós-pandemia, à adequação ao novo ensino médio, e também em relação à adaptação dos novos alunos, em fase de transição do fundamental para o ensino médio, no 1º. ano.

Partindo como foco para a situação dos alunos com alguma dificuldade, distúrbio e transtornos, principalmente os alunos com TEA. A proposta partiu de uma preocupação baseada na observação de comportamentos e atitudes de alguns alunos, de cunho emocional, que geram para estes alunos, inquietações e ansiedade, necessitando de uma atenção maior, inclusive como forma de minimizar impactos negativos para seu desempenho escolar.

Considerando este contexto, a ação extensionista traz para a escola, uma proposta que tem como objetivo a conscientização sobre os temas: Inclusão, deficiências, neurodivergências, adaptação curricular, em interface as oficinas pedagógicas. Recomendamos sempre uma acolhida que traga o sentimento de afeto, de confiança e de segurança, dentro do ambiente escolar.

3.3 A PROPOSTA

Optou-se pela escolha de uma ação inicial de conscientização sobre deficiências e neurodivergências, visando o melhor aproveitamento do prazo permitido para a realização da ação, devido à demanda da falta de informação sobre o tema no ambiente escolar para todos os alunos e equipe escolar. Essa ação se caracteriza por propor a elaboração de um plano de ação envolvendo o acolhimento, como resposta para algumas demandas que a escola apresenta aos alunos, ter informações e conhecimento do que é autismo e outras deficiências, culminando com atividades de acolhimento aos colegas com TEA e outras deficiências na escola, visando provocar o envolvimento, o debate de conscientização para os alunos, de forma a se sentir parte do processo de socialização e aprendizagem que acontece no ambiente escolar, provocar o sentimento de acolhimento e empatia dos alunos, no processo de interação social dos alunos com TEA.

Com isso realizado, provavelmente acontecerá a construção de um ambiente harmonioso e amigável, estimulando a solidariedade, cooperação e aspectos como iniciativa, respeito e empatia. A capacitação dos professores nas oficinas também será benéfico para a adaptação curricular, compreensão de algumas deficiências e

neurodivergências. Tais fatores serão importantes para o aprimoramento do processo de ensinar e aprender. A seguir, detalharemos o plano por etapas.

3.3.1 Planos de ação da proposta de intervenção

Tabela 1 – As ações com os alunos

Etapas	Ação	Objetivo(s)	Recursos Necessários
1ª Etapa	Acolhimento dos alunos, pais, equipe escolar, professores na entrada da escola.	Realizar atividades de acolhimento; Apresentar o grupo da GEPAD, UFPB, o curso de Psicopedagogia (importância, campo de atuação, benefícios no processo ensino/aprendizagem); Apresentar o tema sobre a conscientização do Autismo - TEA, trazer as informações e conhecimento no ambiente escolar no objetivo de disseminar informações sobre o autismo ao combate da discriminação e preconceito no ambiente escolar e sociedade em geral. (objetivo, público-alvo, perfil dos participantes, atribuições).	Auditório, sala para reunião, computador, recursos multimídias, internet, papel para convites, prêmios para sorteios, camiseta de identificação das graduandas, crachás, bloco para anotações e canetas. Banners, folders, faixas, bolas de encher branca).
2ª Etapa	Palestra para todos os alunos, professores e equipe do ambiente escolar.	Realizar dinâmicas com os alunos e participantes que envolva respeito, empatia, acolhimento, respeito às diferenças, diversidade, ajuda, combate ao preconceito e discriminação e bullying no ambiente escolar.	
3ª Etapa	Reunião de avaliação (lições aprendidas)	Avaliar as atividades realizadas e propor melhorias que forem necessárias.	

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – As ações com os professores

Etapas	Ação	Objetivo(s)	Recursos Necessários
1ª Etapa	Oficina sobre TEA.	Realizar atividades de acolhimento dos docentes; Apresentar o grupo da GEPAD, UFPB, do curso de Psicopedagogia; Apresentar o tema sobre a conscientização do Autismo - TEA, trazer as informações e conhecimento específicos, como estereotípias, auto regulação, entre outros.	Auditório, sala para reunião, computador, recursos multimídias, internet, papel para convites, camiseta de identificação das graduandas, crachás, bloco para anotações e canetas. Banners, folders..
2ª Etapa	Oficina sobre as deficiências dos alunos em processo de inclusão	Realizar dinâmicas com os participantes que envolva respeito, empatia, acolhimento, respeito às diferenças; Apresentar os conhecimentos básicos de cada deficiência dos alunos da escola: Dislexia, Síndrome de Down, TDAH, Deficiência Intelectual.	
3ª Etapa	Oficina sobre adaptação curricular.	Atividades teórico prática sobre adaptação curricular. Avaliar as atividades realizadas e propor melhorias que forem necessárias.	

Fonte: Elaboração própria.

3.3.2 Execução do plano de ação

Após validação da ação com o grupo do GEPAD, componentes da extensão e professor presidente do conselho escolar e coordenador pedagógico da escola, elaboramos o material para a ação, visando colocar em prática para os professores e

alunos da escola campo. Partiu-se então para a execução do plano de ação, aquisição do material de apoio, e, em seguida para a realização das etapas propostas, que aconteceram da seguinte forma:

1ª. Etapa – Acolhimento dos alunos na entrada da escola.

Definido o acolhimento que aconteceu em data definida pela escola, para as turmas, na entrada da escola. Para tanto, no dia anterior foi entregue convites confeccionados especialmente para o evento, a cada aluno convidando-os para a palestra e informando o objetivo do evento, de forma a instigar a curiosidade dos alunos a participarem da palestra.

No dia e horário programados foi realizado o acolhimento e palestra no auditório. Na ação foi interessante a participação de toda a comunidade escolar. A palestra foi encerrada com entregas de brindes e informes com entrega de material de folders para fixarem as informações, ao alcance do objetivo proposto.

Nesta etapa contamos com o apoio da coordenação da escola, de professores a reforçar a importância da conscientização do autismo no ambiente escolar.

2ª. Etapa – Palestra para todos os alunos, professores e equipe do ambiente escolar.

A palestra de cunho informativo com conteúdo teóricos e dinâmicas para interação de todos para descontrair os participantes. Teve como tema central a realização de dinâmicas com os alunos e participantes que envolveu respeito, empatia, acolhimento, respeito às diferenças, diversidade, ajuda, combate ao preconceito e discriminação e bullying no ambiente escolar.

Procuramos passar a mensagem de forma inovadora, criativa e dinâmica e que deixou a reflexão de conscientização para transformar pessoas melhores e humanas no respeito às diferenças em sociedade. E que os alunos com deficiência e TEA, possam sentir-se acolhidos e respeitados em um ambiente saudável de uma escola que proporciona o melhor para todos, no seu processo de desenvolvimento no ensinar aprender. Através do conhecimento e informação adquiridos, as pessoas possam disseminar além do espaço escolar; que todos possam conviver com as diferenças sem discriminação e preconceito.

3ª. Etapa – Reunião de avaliação (lições aprendidas)

Após o término da ação se reunir com a coordenação e o conselho escolar a fim de avaliar os pontos positivos e negativos para possíveis ajustes na ação.

Assim, como na maioria das vezes as escolas, devido às cargas horárias sobrecarregadas, não dispõem destas ações de conscientização e não dispõe de trabalhos sobre este tema para com os alunos da escola. Esse é um dos nossos entraves na realização do projeto junto a escola campo de extensão.

A seguir detalhamos as ações da extensão junto aos professores da escola, as quais se deram como o planejado:

1ª. Etapa - Oficina sobre TEA para os professores

Para o início das ações com os docentes, realizamos atividades de acolhimento dos professores, com uma dinâmica de grupo. Posteriormente foi apresentado o grupo da GEPAD/ UFPB e os alunos extensionistas do curso de Psicopedagogia. Apresentamos na sequência o tema sobre a conscientização do Autismo - TEA, como área neurodivergente, trazendo as informações e conhecimento específicos, como estereotípias, autorregulação, entre outros.

2ª. Etapa - Oficina para os professores sobre as deficiências dos alunos em processo de inclusão

Realizamos uma dinâmica com os participantes que envolve respeito, empatia, acolhimento, respeito às diferenças. Em seguida, passamos a apresentar os conhecimentos básicos de cada deficiência dos alunos da escola, quais sejam: Dislexia, Síndrome de Down, TDAH, Deficiência Intelectual e discalculia.

3ª. Etapa - Oficina sobre adaptação curricular

As atividades teórico-práticas sobre adaptação curricular deram início a essa etapa. Por ser muito polêmica, a oficina durou três horas, pois os docentes tinham muitas dúvidas sobre a ação de adaptar o currículo, de como proceder para cada caso. Então, nessa etapa fizemos um grande passeio entre teoria e prática.

Avaliar as atividades realizadas e propor melhorias que fossem necessárias, foi o último momento realizado nessa ação de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a experiência da ação de extensão contribuiu com a conscientização sobre o Transtorno do Espectro do Autismo na escola, além do aprendizado sobre outras deficiências com suas características próprias. Agregamos conhecimentos necessários para as mudanças positivas dentro do processo de construção coletiva e cotidiana da escola inclusiva. Pois, possibilitamos a todos informações sobre conhecer e conviver melhor com a pessoa com TEA e outras deficiências, na finalidade

de eliminar possíveis julgamentos ou rótulos sobre o outro, daquilo que não se tem conhecimento.

A importância de trazer temas sensíveis de conscientização e conscientização nesses espaços, coloca em prática ações que possam influenciar positivamente e motivar assertivamente o processo de aprendizagem, seja de forma direta com os aprendentes, seja em parceria com os outros profissionais de educação.

Constatamos com essas ações de extensão que o conhecimento e a informação geram empatia, respeito e solidariedade. Beneficia e proporciona um ambiente agradável e saudável para todos os membros da comunidade escolar. O nosso grupo de extensão universitária também se beneficiou, à medida que nos aperfeiçoamos mais nos construtos trabalhados.

A partir desta provocação, que seja plantado uma semente de mudança positiva, para todos da escola sobre o trato com alunos com deficiência e com neurodivergência e que se reforce a importância de trazer outras fontes de conhecimento com informação sobre outros conteúdos relevante para dentro dos espaços educativos. Sabemos que o contexto escolar possui grandes demandas, relacionadas às diversidades e com esse olhar diversificado, pode interferir no processo de aprendizagem dos alunos e fazer a diferença no chão da escola.

Um olhar diferenciado sobre a inclusão para além da funcionalidade tradicional da escola é outro ganho que tivemos com esse projeto de extensão. Pois, na avaliação final com os docentes e coordenação foi enfatizada a contribuição do grupo, com ações positivas que harmonizou e trouxe um ambiente saudável para todos.

Contudo, pesquisas apontam que a realidade de inclusão escolar de alunos com deficiência e neurodivergência ainda é um grande desafio no país. Percebemos que na realidade das pessoas com TEA, principalmente no ambiente escolar, mesmo com todo suporte legislativo e teórico, ainda temos muitas dificuldades de incluir esses sujeitos.

É importante compreender o aluno com TEA como sujeito singular e ter um olhar direcionado às suas potencialidades, identificar as habilidades e buscar aprimorar a metodologia e adequar os currículo de forma individualizada. Para contribuir com a adaptação e o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas dos alunos autistas, precisamos investir na conscientização e sensibilização para uma sociedade mais empática que reconheça e valorize a diversidade.

A ação realizada possibilitou uma percepção acerca dos interesses e ansiedades dos participantes em relação ao tema e permitiu refletir sobre suas ações no contexto

escolar e fora dela. Em relação ao processo de ensino aprendizagem, possibilitou que a escola se tornasse mais prazerosa e efetiva para todos os envolvidos. Juntos, universidade e educadores buscamos proporcionar um ambiente saudável, sem discriminação e preconceito,

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

__ **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em 23/4/23.

__ **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 23/04/23.

__ **Contribuições da comunidade escolar para adaptação e desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas de alunos autistas** https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17723/1/TCC_Jordane_Mariano.pdf Acesso dia 23/04/2023.

__ **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. **Estatuto da criança e do adolescente**. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> Acesso dia 23/04/2023.

__ **Declaração Universal dos Direitos Humanos** <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso dia 23/04/2023.

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. 1ª ed. São Paulo: Versos, 2018.

GRANDIN, T; PANEK, R. **O cérebro autista pensando através do espectro**. 14ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2021.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, José Ivanildo Ferreira dos. **Educação Especial: inclusão escolar da criança autista**. São Paulo: All Print Editora, 2011.

SCHMIDT, Carlos. (org). **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: Papyrus, 2013, cap.7, p.79-92.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.